

Migrações transfronteiriças na Amazônia ocidental

Transboundary migrations in western Amazonia

GISLENE SANTOS

RESUMO

O Brasil possui uma longa extensão territorial na área de fronteira internacional. Entre os países fronteiriços, destaca-se a Bolívia. Historicamente, pessoas, bens, informações e mensagens cruzaram e ainda cruzam os dois lados, ultrapassando os limites nacionais. No contexto da circulação de pessoas, uma densa rede social formou-se na cidade de Guajará-Mirim, localizada no estado de Rondônia (Brasil), no limite com o Departamento de Beni (Bolívia). Na cidade de destino, os bolivianos se inserem nos serviços do mercado laboral urbano e no setor agrícola. O presente artigo apresenta e analisa o contexto contemporâneo dessa migração, o papel do Estado brasileiro e os acordos bilaterais entre Brasil e Bolívia para a normatização deste fluxo e se focaliza na inserção dos bolivianos no mercado laboral local. Também apresenta uma reflexão sobre os limites de uma integração fronteiriça no campo das políticas migratórias.

Palavras-chave: Migrações internacionais; Fronteira; Brasil; Bolívia.

ABSTRACT

Brazil has got a long international border area. Among the bordering countries, Bolivia is the one from where, historically, more people, goods, information and communication have come from, crossed and circulated in and out of the border, surpassing the national limits. Regarding the circulation of people, a dense social network has been formed in the city of Guajará-Mirim, located in the Brazilian state of Rondônia, close to Departamento de Beni, in Bolivia. In the destination city, the Bolivians are inserted in either the urban labor market or in the agricultural sector. This paper presents and analyses the contemporary context of such migration, the role of the Brazilian State and the bilateral agreements involving Brazil and Bolivia which aim at regulating such transit of people. It also provides a reflection about the limits involving the border integration in terms of migratory policies.

Keywords: International migrations; Border; Brazil; Bolivia.

INTRODUÇÃO

No Brasil, os estudos das atuais migrações internacionais, após os anos 1980, têm se centrado em dois temas: i) a migração dos brasileiros para o exterior; ii) a migração de estrangeiros para o Brasil. Ambas as situações trazem em comum as migrações para o trabalho em áreas urbanas na escala das grandes cidades. Trata-se, assim, de uma migração para o setor urbano no contexto da globalização, seguindo o postulado por Sassen (2010), em análise sobre o espaço internacional. Nesta escala, as pessoas migram entre dois ou mais estados nacionais, fundando o transnacionalismo migratório como proposto por Portes *et al.* (2003). Mesmo o uso recorrente das redes sociais, que articula empiricamente os lugares de origem e destino dos migrantes, prioriza em suas análises aquelas redes funcionais que inserem o migrante no mercado de trabalho urbano.

No contexto das migrações bolivianas para o Brasil, a ênfase tem sido dada a um fluxo provindo dos Departamentos de La Paz e Cochabamba em direção à cidade de São Paulo. Diferentemente da produção acadêmica da Argentina, onde autores como Grimson (2006) e Benencia (2006) apresentam a inserção dos migrantes bolivianos no setor da agricultura periurbana, no Brasil a representação dos bolivianos volta-se para os grupos inseridos na indústria de confecções na cidade de São Paulo. Pensamos que a centralidade destas análises, que privilegiam as atuais migrações internacionais com destino à metrópole, seja dada pela pouca participação dos estudos dos espaços fronteiros no debate migratório ou mesmo pelo lugar periférico que a dinâmica da fronteira assumiu no quadro analítico do Brasil. Quando emergem,

os estudos são pautados por uma análise focada no papel do Estado, seja através do contexto de políticas de segurança nacional, segurança pública ou nos planos de reestruturação econômica para a área de fronteira. Importa também apontar que, no período que se estende de 1930 a 1980, implantou-se no Brasil uma política populacional voltada para ocupação dos espaços fronteiros, mas cercado pelo viés nacionalista. Projetos de expansão populacional como a *Marcha para o Oeste* terão um discurso de valorização do trabalhador nacional em detrimento do estrangeiro (SAHR e SANTOS, 2013). Pensamos que esta conjunção de fatores — quer sejam, o contexto periférico da fronteira e a valoração da migração interna — concedeu pouco lugar às ações e protagonismos dos migrantes-habitantes do espaço da fronteira.

Entretanto, apesar desta pouca visibilidade, lindeiro de dez países da América do Sul, o Brasil apresenta ao longo de sua faixa de fronteira significativo fluxo de população entre os países. Segundo os dados censitários, em 2010 o Brasil contava com 525.445 migrantes estrangeiros (IBGE, 2010). Deste total, 6,02% da população migrante estava estabelecida em 27 cidades localizadas ao longo da faixa de fronteira internacional. Observe-se que neste ano, em relação ao fluxo de estrangeiros distribuídos no território brasileiro, 54% eram homens e 46% mulheres. Mas é interessante ainda registrar que, em relação à escala da fronteira, a participação das mulheres neste fluxo é muito mais significativa, visto que 50,41% deste fluxo são mulheres — uma representação acima da média nacional.

Em Guajará-Mirim (RO), cidade localizada na porção norte brasileira, na Amazônia Ocidental, os bolivianos se inserem nos serviços do mercado de trabalho urbano e no setor agrícola. Para este artigo guardamos atenção para a particularidade da migração em área de fronteira internacional. Analisamos o contexto contemporâneo desta migração, o papel do Estado brasileiro, os acordos bilaterais entre o Brasil e a Bolívia na normatização deste fluxo e a inserção dos bolivianos no mercado de trabalho local, especificamente no setor agrícola. Apontamos também uma reflexão sobre os limites de uma integração fronteiriça no campo das políticas migratórias.

MIGRANTES BOLIVIANOS EM GUAJARÁ-MIRIM (RO).

Guajará-Mirim é uma cidade com aproximadamente 40 mil habitantes, localizada no estado de Rondônia, Região Norte do país. Ela se situa à margem direita do rio Mamoré, limite fluvial do Brasil com a cidade de Guayaramerín (Departamento de Beni), na Bolívia. Em 1876, através do Tratado de Ayacucho, estas duas localidades foram delimitadas como pertencentes a

seus respectivos países: Guayamerín (Bolívia) e Guajará-Mirim (Brasil). Diariamente, mulheres, homens, idosos, estudantes, trabalhadores a serviço ou em outras atividades circulam entre os dois lados da fronteira, em um significativo deslocamento pendular fronteiriço.



Foto 01: Transporte de passageiros pelas *voadeiras* partindo do porto de Guajará-Mirim (Brasil) em direção a Guayamerin (Bolívia). Gislene Santos, 2013.

Em tempo aproximado de oito minutos, pequenas embarcações que comportam cerca de 20 passageiros cada uma, ali denominadas “voadeiras”, atravessam o rio Mamoré no ir e vir de Guayamerín (Bolívia) para Guajará-Mirim (Brasil). Duas empresas, uma boliviana e a outra brasileira, são responsáveis pelo transporte fluvial. Aos bolivianos migrantes residentes soma-se em Guajará-Mirim uma população também provinda da Bolívia, mas não residente na cidade, o que impulsiona o tráfego fluvial.

Em relação ao contexto populacional da Bolívia, estima-se que, em 2012, 489.559 estivessem vivendo no exterior. Com 10.598.560 habitantes, a emigração representa, para a Bolívia, cerca de 4,6% da população total. A Argentina, destino tradicional deste curso migratório, recebe 38,25% deste fluxo, seguida pelo Brasil, com 13,21%, e o Chile, com 5,94% (INE, 2012). Trata-se de um fluxo migratório intrarregional com destino a estes três países fronteiriços à Bolívia. Este direcionamento é significativo, pois demanda explicações no contexto das políticas migratórias na América do Sul, o que abordaremos na próxima seção. Por ora é importante registrarmos que 68,41% dos bolivianos que migram para o exterior provêm das

áreas urbanas, enquanto 31,58% das rurais. Esta mobilidade entre o rural e o urbano segue a distribuição nacional da população, visto que 62% da população boliviana reside em áreas urbanas e 38% em áreas rurais (INE,2012).

Na cidade de Guajará-Mirim (RO), escala de destino aqui privilegiada em nossa análise, os bolivianos representam o maior número migratório. Estima-se, para o ano de 2014, 981 migrantes permanentes e regulares residindo em Guajará-Mirim; 83 na condição de fronteiriços e 123 bolivianos na condição de migrantes temporários — sem vínculos de residência¹. Mas chama atenção que 57,35% do fluxo são de mulheres, dentre as quais 22% encontram-se na faixa etária de 1 a 19 anos e cerca de 40% entre 25 e 44 anos (IBGE, 2010b). Importa aqui registrar estes dois pontos: temos a evidência de uma forte presença de crianças e mulheres jovens neste curso migratório. Mulheres e crianças têm sido, no contexto das migrações internacionais contemporâneas, os novos atores emigratórios. Até então, por volta dos anos 1980, a presença da mulher migrante era negligenciada nos estudos empíricos, visto que a migração era entendida como um empreendimento masculino. Em relação às crianças, havia um total silêncio.

Quanto à distribuição nos espaços de origem, em Guajará-Mirim os migrantes provêm de todos os Departamentos da Bolívia. Entretanto, para a migração feminina se destacam os Departamentos de Cochabamba, Beni, Santa Cruz e Pando. Estes três últimos localizam-se nas terras baixas da Bolívia, no limite internacional com a Amazônia brasileira². O que aponta que a migração de mulheres para o Guajará-Mirim é provinda em grande parte de localidades fronteiriças.

Quanto à relação mulher e trabalho, em Guajará 45,34% das mulheres provindas da Bolívia estão ocupadas no setor de serviços domésticos, 21,54% no comércio e 8,04% na agricultura³. Entretanto, apesar da pouca participação da mulher na agricultura, no espaço público da cidade é visível a participação feminina no setor do comércio hortifrutigranjeiro e como trabalhadora agrícola no espaço periurbano de Guajará-Mirim. Aos sábados ocorre a feira semanal de hortaliças e frutas em Guajará-Mirim. Das 12 barracas instaladas, nove são de proprietários bolivianos e com presença de mulheres feirantes.

¹ Dados fornecidos pela Polícia Federal de Guajará-Mirim apresentados em Cova dos Santos (2016).

² Conforme dados organizados pela autora em consulta ao INE. Censo de Población y Vivienda 2012.

³ Listamos aqui apenas as ocupações mais significativas.



Imagem 02: Área de cultivo de hortaliças por família boliviana em Guajará-Mirim. Gislene Santos, 2013.



Imagem 03: Tenda de hortaliças e legumes em Guajará-Mirim. Gislene Santos, 2013.

As imagens 02 e 03 registram um dos recortes da paisagem produtiva e populacional de um segmento da fronteira norte brasileira. Em Guajará-Mirim, atualmente, a produção e o abastecimento das verduras frescas estão reservados ao trabalho do migrante boliviano, produzido pela mão de obra familiar. Abastecem os restaurantes locais e realizam vendas nas feiras semanais. Nestas feiras, realizadas nas manhãs de sábado, junto às barracas de verduras frescas, vindas diretamente da produção familiar do migrante boliviano, vendem-se também alho, batata, cominho e cebola provindos da Bolívia, entre outros legumes e especiarias. Também aos

sábados acontece a feira do queijo, onde um grupo de mulheres bolivianas (cerca de dez) desloca-se para Guajará-Mirim e, em um pequeno galpão, negocia a compra do produto. Os vendedores são todos homens, produtores e residentes no município de Nova Mamoré, que dista 46 Km de Guajará-Mirim. Neste galpão, construído por elas mesmas, opera-se uma série de negociações, sobretudo em relação ao preço. Ao final, cada uma das mulheres adquire cerca de 20 kg de queijo, que será revendido na Bolívia (sobretudo em Beni) para restaurantes, hotéis e para o consumo doméstico. Há, assim, um intenso fluxo semanal e presença de bolivianos e brasileiros nos espaços públicos do comércio urbano em Guajará-Mirim.

Em entrevistas realizadas com migrantes (homens e mulheres em idade adulta, acima de 19 anos)⁴ é consenso que esta migração, e mesmo o deslocamento pendular, se opera por uma forte rede social, sobretudo familiar. Para as mulheres com filhos, o auxílio fundamental no cuidado com as crianças será organizado e mobilizado entre as próprias mulheres (mães, sogras, irmãs, amigas), visto que tanto no país de origem (Bolívia) quanto no destino (Brasil) não há serviços de creche para estas crianças. Trata-se de um curso migratório que se apoia sobretudo nos recursos usados nos dois lados fronteiriços. As redes sociais migratórias, as parentais, no primeiro momento da migração, configuram-se como táticas de deslocamento dos migrantes e têm como função principal propiciar o fluxo de informações e pessoas e os acessos nos territórios de destino. No interior da rede, os migrantes travam contato direto e/ou indireto com pessoas e organizações entre os locais de origem e destino, e até entre outras localidades. É comum também que a oferta e o recrutamento do trabalho no Brasil sejam realizados ainda no território boliviano.

A efetiva presença do boliviano em Guajará-Mirim é um dos mais significativos elementos da sua paisagem populacional. Sua presença é percebida não somente nos espaços de trabalho, como também no sistema de ensino. Segundo Cova dos Santos (2016), na rede de ensino pública, em 2014, registravam-se 142 alunos bolivianos matriculados. Trata-se de uma migração já consolidada, intergeracional, o que traz uma riqueza tamanha de trajetórias e experiências migratórias.

⁴ Em outubro de 2013 e outubro de 2016 desenvolvemos trabalho de campo em Guajará-Mirim (RO), onde realizamos entrevistas com grupo de migrantes, representantes e membros da Associação dos bolivianos residentes em Guajará-Mirim e com a assistente social da Pastoral dos Migrantes.

ACORDO MERCOSUL E AS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS

Em 2005, na Rádio Educadora em Guajará-Mirim, foi inaugurado o programa “Viva Bolívia”. Naquele momento, o programa sofreu muita resistência da população local, segundo a radialista, “por ser uma rádio em território brasileiro homenageando a Bolívia”. Assim, o nome do programa foi alterado para “*Conexión sin Fronteras*”. Atualmente o Programa é transmitido ao vivo em duas rádios locais: a Rádio Educadora⁵ e a Rádio FM Rondônia⁶. Voltado para os ouvintes bolivianos, tem a intenção de incentivar a autoestima e também de se consolidar como um espaço de informação e de difusão da cultura da América Latina — o conteúdo é bilíngue, em castelhano e português. A radialista, nascida em Guajará-Mirim, filha de bolivianos que migraram para Rondônia para a construção da ferrovia Madeira-Mamoré (1907-1912), objetiva que o programa expresse a diversidade linguística da fronteira e sobretudo valorize o castelhano. Assim, ela nos diz:

Estes filhos de bolivianos têm vergonha de dizer: “meu pai é boliviano”, “minha mãe é boliviana”, “minha avó é boliviana”, “minha bisa é boliviana”. Têm vergonha de falar o castelhano. Nossas crianças têm vergonha de sofrer preconceito, de serem discriminadas, de serem simplesmente chamadas de boliviano.

Atualmente a programação se estende pelo Departamento de Beni, na Bolívia, em parceria com radialistas bolivianos. Em outubro de 2016 participei do “*Conexión sin Fronteras*”, e entre os temas abordados nesta programação o destaque foi dado à chamada aos bolivianos para a regularização da documentação. Transcrevo fragmento do programa:

E a gente pede a nossa população boliviana indocumentada que apareça, que participe das reuniões da Associação. Que participe para se documentar, pra se informar. E um cidadão documentado, ele tem acesso a direitos que são garantidos por lei. Mesmo sendo ele estrangeiro nós temos direitos aqui no país. Só que enquanto você estiver na clandestinidade você não tem esse acesso. Então, por isso, a gente pede àqueles bolivianos que estão, àquelas mulheres que trabalham como domésticas sem documentos... Aqueles bolivianos indocumentados que trabalham lá no sítio, nas fazendas também, que venham, apareçam. Venham à Polícia Federal para regularizar seus documentos. Venham à Associação dos Bolivianos, venham para o consulado procurar informação.

⁵ <http://www.radioeducadoraam.br>.

⁶ <http://www.radios.redecol.com.br/2012/05/ouvir-radio-rondonia-fm-899-de-guajara.html>.

A questão da regularização migratória entre os países da América do Sul passa a ser um tema vigente no interior do bloco do Mercosul no final dos anos 1990. Em 2002 é aprovado no interior do bloco o "Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Parte do Mercosul", mas somente em 2009 é promulgado como decreto pelo governo brasileiro. Este acordo visa regularizar e normatizar a circulação da população entre os países da América do Sul, atendendo sobretudo a uma preocupação quanto aos trânsitos nas regiões de fronteira. A partir deste primeiro acordo seriam implementados outros, que atenderiam especificamente ao trânsito fronteiriço entre o Brasil e os países vizinhos. Assim, em 2004, temos o “Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços e Uruguaios”, onde se institui a Carteira de Trânsito Vicinal⁷. Para efeito de apontamento, este foi o primeiro acordo celebrado pelo Brasil com um dos países vizinhos, o Uruguai. Em 2009 se institui o Documento Especial Fronteiriço (DEF) pelo “Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços e Bolivianos”⁸. Nesses acordos, a área de livre circulação para a população fronteiriça se estende aos limites definidos pelos respectivos países. Por se tratar de acordos bilaterais, são os países acordados que definem a extensão da área de circulação. Não há um padrão único de circulação no interior do bloco Mercosul. No contexto geográfico entre o Brasil e a Bolívia quatro áreas urbanas foram delimitadas: Brasileia (Brasil) a Cobija (Bolívia); Guajará-Mirim (Brasil) a Guayaramerín (Bolívia); Cáceres (Brasil) a San Matías (Bolívia); Corumbá (Brasil) a Puerto Suarez (Bolívia). Trata-se, para os habitantes fronteiriços, de uma circulação limitada somente entre duas cidades. Por exemplo, a posse do Documento Fronteiriço não dá o direito a uma boliviana de estender-se até Nova Mamoré, município já apontado que dista 46 Km de Guajará-Mirim, onde se produz o queijo comprado pelas comerciantes da Bolívia. Para a livre circulação em todo o território brasileiro o migrante deve solicitar outro documento, concessão dada pelo “Acordo sobre residência do Mercosul”. No momento, temos assim a obrigatoriedade de dois documentos para a circulação no território brasileiro: aquele restrito às áreas fronteiriças, o “Permiso”, e aquele que cobre todo o território nacional.

Em relação ao Acordo com a Bolívia, no artigo III se define que: “1. Compete ao Departamento de Polícia Federal do Brasil e ao Serviço Nacional de Migração da Bolívia conceder o documento especial de fronteiriço”⁹.

⁷ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5105.htm, acesso em 28.02.2017.

⁸ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6737.htm, acesso em 28.02.2017.

⁹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6737.htm, acesso em 28.02.2017.

Indagamos ao presidente da Associação dos Bolivianos Residentes em Guajará-Mirim e à assistente social da Pastoral do Migrante, em 2016, qual motivo levaria alguns dos migrantes bolivianos a recusarem a regularização de sua estada em Guajará-Mirim e a fazer uso dos direitos à circulação pelos acordos acima citados. Segundo apontado, a não solicitação do Documento Fronteiriço se dá pelo receio de o migrante se dirigir até um departamento da Polícia Federal (PF). No Brasil, a normatização e os procedimentos necessários para a regularização do estrangeiro no território nacional são atribuições da PF. Para alguns dos migrantes, este se torna um dos primeiros empecilhos. Outro impedimento apontado foi o custo das taxas: cerca de R\$ 300. Como se trata de uma migração em grupo, sobretudo parental, torna-se um custo muito alto para que todos os membros da família se regularizem. Assim, faz-se uma regularização por prioridades e em etapas.

Apesar da efetivação do acordo bilateral, nota-se no Brasil uma fragilidade tamanha nos serviços de comunicação e informação frente ao Mercosul. Pouco se comenta na mídia nacional sobre estes acordos do Mercosul. Assim, as informações necessárias aos imigrantes para a regularização no Brasil são veiculadas por associações de migrantes e outros grupos associativos, como a Pastoral dos Migrantes. Se por um lado o Mercosul é uma instância política formalizada entre países membros associados, ou seja, uma política governamental, cabe registrar que a circulação da informação, fundamental para os migrantes, se apresenta relegada na instância Mercosul. Para os migrantes terem acesso às informações e aos procedimentos para sua regularização, eles necessitam também transitar por outros canais mediadores que não aqueles ofertados pelo Estado. É comum encontrarmos um despreparo dos agentes do Estado para o tratamento dos acordos migratórios. Trata-se, assim, de uma política entre Estados nacionais frágil em sua própria operacionalização, pois delega a outros atores a responsabilidade da orientação à regularização. Duas circulações que não convergem na mesma direção: a circulação dos próprios migrantes e a circulação da comunicação. Cabe também registrar a desconfiança dos bolivianos quanto à efetividade dos acordos celebrados entre o Brasil e a Bolívia e, ainda, a ausência de políticas de integração. Em 2016, a única escola pública em Guajará-Mirim que recebia a matrícula de alunos bolivianos e desenvolvia um método pedagógico de ensino bilíngue (Escola Durvalina Estilbem de Oliveira) foi fechada pela Secretaria Municipal de Ensino, desrespeitando os projetos dos professores, alunos, pais e toda uma comunidade escolar fronteiriça¹⁰. Como apontado, trata-se de uma migração feminina e com presença significativa de

¹⁰ Sobre o Projeto Pedagógico desta escola, protagonizada pela Direção e corpo docente, consultar Cova dos Santos (2016).

crianças, o que demanda políticas públicas voltada para as mulheres, como o direito sexual e reprodutivo e, quanto às crianças, o acesso à educação infantil.

O que encontramos são as associações dos migrantes que, de fato, dão legitimidade e suporte aos migrantes fronteiriços. Aqueles migrantes mais diretamente assistidos pelas associações têm acesso a mais informação e orientação à regularização. Assim, a fronteira se apresenta como um filtro onde se adentra e estabelece no território os migrantes desejáveis. As recusas à regularização são fundamentalmente por questões econômicas e os receios no tratamento dado pela Polícia Federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O final do século XX testemunhou a problemática das fronteiras geográficas na escala internacional. No Brasil, as ações estatais para as áreas fronteiriças tomam impulso. Nos países da América do Sul, a circulação da população fará parte da problemática do Mercosul, tendo sido abordada nos acordos migratórios. Entretanto, apesar do arraigamento e dos laços estabelecidos pelos migrantes bolivianos em Guajará-Mirim, as ações estatais efetivas para a integração da população são ainda fracas no campo das políticas públicas. As ações cotidianas de integração têm sido protagonizadas pela própria população fronteiriça, sem uma continuidade das políticas do Estado. Em seus acordos bilaterais, os Estados edificam um conjunto de normas que define o migrante regular e o irregular e assume também dispositivos de controle sobre esta circulação — o Documento Fronteiriço é um exemplo. Se no primeiro momento os acordos migratórios prometem o direito à circulação, os mecanismos de informação e acesso a este direito são relegados, e cabe aos próprios migrantes, muitos deles com poucos recursos econômicos e de comunicação, reinventarem-se na condição jurídica de regulares ou irregulares.

Constata-se também significativa participação da mulher boliviana no fluxo com destino para Guajará-Mirim, o que, no contexto espacial fronteiriço, evidencia o lugar efetivo da migração feminina neste curso e demanda políticas públicas específicas quanto ao direito à saúde da mulher, em especial à saúde sexual e reprodutiva, e à educação em todos os níveis (incluindo a creche) para os seus filhos. Descrevemos a participação do migrante e sua inserção no mercado de trabalho local, especificamente na agricultura e na produção de alimentos. Neste contexto, as políticas de integração e os acordos migratórios não são ainda suficientes quanto aos múltiplos laços de pertencimento do migrante boliviano no território brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENENCIA, Roberto. (2006). Bolivianización de la horticultura en la Argentina. In: GRIMSON, Alejandro; JELIN, Elizabeth. (Compiladores). *Migraciones regionales hacia la Argentina: Diferencia, desigualdad y derechos*. Buenos Aires: Prometeo Libros. p. 135-169.
- COVA DOS SANTOS, Zuila. (2016). *Interações e Representações sociais: um estudo do espaço escolar na fronteira do Brasil com a Bolívia*. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia. UFPR/UNIR.
- GRIMSON, Alejandro. (2006). Nuevas xenofobias, nuevas políticas étnicas en la Argentina. In: GRIMSON, Alejandro; JELIN, Elizabeth. (Compiladores). *Migraciones regionales hacia la Argentina: Diferencia, desigualdad y derechos*. Buenos Aires: Prometeo Libros. p.69-98.
- IBGE. (2010a). *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso: 08/07/2014.
- IBGE. (2010b). *Banco Multidimensional de Estatísticas*. CD-ROM.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICA / INE. (2012). Censo Nacional de Población y Vivienda. Disponível em: <http://datos.ine.gov.bo/binbol/RpWebEngine.exe/Portal?LANG=ESPi>. Acesso em: 22.02.2017.
- MERCOSUL. (1991). *Tratado de Assunção*. Disponível em: http://www.mercosur.int/t_generic.jsp?contentid=2639&site=1&channel=secretaria. Acesso em: 02/07/2016.
- _____ (2002). *Acordo sobre residência para nacionais dos estados parte do Mercosul*. Disponível em: http://www.mercosur.int/t_generic.jsp?contentid=2639&site=1&channel=secretaria. Acesso em: 02/07/2016.
- PORTES, Alejandro; GUARNIZO, Luis; LANDOLT, Patricia. (2003). El estudio del transnacionalismo: peligros latentes y promesas de un campo de investigación emergente. In: PORTES, Alejandro; GUARNIZO, Luis; LANDOLT, Patricia. (Orgs.). *La globalización desde abajo: transnacionalismo inmigrante y desarrollo. La experiencia de Estados Unidos y América Latina*. 1ª ed. México: FLACSO. p. 15-44.
- SAHR Wolf-Dietrich; SANTOS, Gislene. (2013). Brasilien in Bewegung – Ein Migrationsland Zwischen Ungleichheit. In: ARAUJO, Shadia Hussein de; SCMITT, Tobias; TSCHORN, Lisa. (Org.). *Widerstandigkeiten im "Land der Zukunft"*. Ed.: UNRAST.p. 88-97.
- SASSEN, Saskia. (2010). *Sociologia da globalização*. Porto Alegre: Ed. Artmed.

Gislene Santos

Graduada, mestre e doutora em Geografia, professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde coordena o Grupo de Estudos em Espaço e População (GePoP) e desenvolve pesquisa sobre migrações na América Latina.